

# Descontrole do governo. Mercado nervoso.

Dois dias após a forte desvalorização cambial de 15%, e em meio a crescentes sinais de que o governo está perdendo o controle da situação, sitiado pelos políticos nas frentes das privatizações e das reformas constitucionais, o nervosismo persiste no mercado financeiro e sem dar sinais de trégua. O motivo: até agora, o governo não fez nada para neutralizar os efeitos inflacionários da mididesvalorização de terça-feira. Ao contrário, diretores de bancos têm certeza de que, de uma hora para outra, o governo aumentará suas tarifas para recompor as receitas das estatais depauperadas pela mídi, o que injetará mais combustível na inflação.

Por esta razão, os juros dos CDB dispararam ontem, chegando a 1.005% ao ano nos bancos de primeira linha e a 1.010%, nos de menor porte. Mesmo assim, não há garantia absoluta de que a rentabilidade dos CDB, mesmo a 1.000%, cobrirá uma inflação cujos rumos não se conhece inteiramente (veja os detalhes na seção **Seu Dinheiro**, na pág. 12). O clima de insegurança está empurrando os investidores para o mercado paralelo do dólar, que ontem subiu 2,54%, e para o ouro, que avançou 2,89%.

## As novas pressões sobre a inflação

Por enquanto, economistas e executivos do mercado trabalham com uma inflação de 20% em outubro. Só por causa do impacto direto da mídi cambial, a estimativa é de que a inflação do mês crescerá 1,5%. Isso, somado ao reajuste dos aluguéis, à alta de preços nos supermercados e dos transportes e à esperada alta dos combustíveis leva técnicos da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) a preverem índice de 19% — sem o aumento das demais tarifas públicas.

A oscilação dos mercados financeiros refletiu também as

idas e vindas do processo de privatização da Usiminas, que vem sendo sabotado até dentro do próprio governo (veja declarações do vice-presidente Itamar Franco na pag. 8). A forte queda nas bolsas de São Paulo (-7,3%) e Rio (-6,5%) se configurou quando se tornaram públicas a reação negativa do Congresso à MP do governo definindo a cesta de moedas para o leilão da estatal (veja matéria na pág. 8) e a decisão do governo — após acaloradas discussões entre a área política e a área econômica — de adiar a venda da Usiminas por pelo menos um mês.



Carlos Fenerich/AE

Com as incertezas crescentes na economia, as bolsas despencaram em queda livre e os investidores foram para o dólar.

## Pressão nordestina golpeia Emendão

Ao mesmo tempo, o **Emendão** do presidente Collor sofria mais um desbaste: sob forte pressão dos políticos, especialmente os do Nordeste, foi retirada da proposta a idéia de reduzir o volume de dinheiro destinado aos fundos regionais. Com isto, resta no **Emendão** pouco mais do que a proposta de ajuste fiscal, a única que os políticos se dispõem a discutir e votar no plenário. Qualquer reforma das estruturas do Estado fica, assim, para 1993, o ano

marcado para a revisão da Constituição (veja matéria na pag. 9).

O presidente Collor, sem mais alternativas, pediu a seus auxiliares da área econômica que aprontem, no âmbito da reforma fiscal, medida visando instituir o imposto de renda sobre o saldo devedor dos financiamentos habitacionais coberto pelo Fundo de Compensação das Variações Salariais. Além disso deve vir um aumento da carga de impostos sobre as empresas. O objetivo é arrecadar US\$ 15 bilhões adicionais.